DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS 20 ANOS DO ESTATUTO DA CIDADE: A LUTA POR MORADIA PELO MSTC NO CONTEXTO DE PANDEMIA

*Democracy and popular participation in the 20th year of the City Statute:
the struggle for housing by the MSTC in pandemic context*

Enzo Bello

enzobello@gmail.com

Afiliação: Professor Associado 1 da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (PPGDC-UFF). Niterói/Brasil. (pode incluir mais de uma afiliação).

Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Estágio de Pós-Doutorado em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Estágio de Pós-Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Rene José Keller

rene.j.keller@gmail.com

Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bacharel e Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais.

Samara Rebeca de Oliveira Costa

Samararebeca.costa@gmail.com

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional (PPGDC) da UFF. Pós-graduada em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Bacharel em Direito pela UFF. Advogada.

RESUMO

O objetivo geral do presente artigo é analisar os limites materiais do Estatuto da Cidade e destacar como a política urbana sofre mitigação com a ofensiva do neoliberalismo, vinte anos a edição desta lei. As categorias teóricas utilizadas para examinar o objeto são: democracia, participação popular e cidadania. Busca, ainda, compreender o processo de resistência social de determinados movimentos, em particular o Movimento Sem Teto do Centro, na tentativa de imprimir efetividade ao direito à moradia em um cenário pandêmico. Trata-se de pesquisa qualitativa e de perfil interdisciplinar, cujo o campo epistêmico é calcado na perspectiva da teoria crítica da sociedade capitalista, sendo o método de análise o dialético na fundamentação materialista.

Palavras-chave: Democracia. Participação Popular. Cidade. Luta por Moradia. MSTC.

ABSTRACT

The general objective of the article is to analyze the material limits of the City Statute and highlight how urban policy is mitigated by the neoliberalism offensive, twenty years after the edition of this law. The theoretical categories used to examine the object are democracy, popular participation, and citizenship. This paper also seeks to understand the process of social resistance of some movements, particularly the 'Movimento Sem Teto do Centro', aiming to achieve the effective right to housing in a pandemic background. This research is qualitative and has an interdisciplinary profile. The epistemic field is rooted in the critical theory of the capitalist society, and the way of analysis is dialectical in its materialist foundation.

Keywords: Democracy. Popular participation. City. Housing Struggle. MSTC.

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Cidade, denominação autoatribuída pela Lei nº 10.257/2001, completou vinte anos em um cenário político e econômico desfavorável. Os desígnios originários de promoção da cidade como espaço de criação coletiva, mediante participação da multiplicidade de agentes organizados, parecem sucumbir à força proveniente dos setores hegemônicos neste segundo decênio do século XXI, em que o neoliberalismo reafirma a sua supremacia ideológica. Ao invés de o Estatuto da Cidade se notabilizar por, de alguma forma, imprimir viés jurídico ao Direito à Cidade, finda por ser gravado pelos retrocessos no desmonte da política urbana iniciado no breve governo de Michel Temer (2016-2018) e continuada no de Jair Bolsonaro (2019-).

A par do cenário de regressão nas políticas direcionadas à implementação do Estatuto da Cidade, as contradições inerentes a este espaço não são automaticamente solvidas pela negligência do poder público. Pelo contrário, a crise econômica imbricada na crise sanitária da pandemia da COVID-19 fez com que se acentuassem as desigualdades que despontam nas cidades. Nesses vinte anos da Lei nº 10.257/2001, que devem ser motivo de celebração comedida, é possível fazer um balanço à luz do próprio desenvolvimento da democracia recente no Brasil e da participação popular.

O objetivo geral do presente artigo é examinar os limites materiais do princípio democrático previsto na Constituição de 1988, com ênfase na relação dialética entre o ditame normativo e a participação popular, notadamente fazendo uso da cidadania ativa. A título organizacional, o artigo é dividido em três tópicos. O primeiro deles promove o resgate dos princípios democráticos na ordem constitucional, expondo algumas das suas contradições diante dos imperativos do capital. O segundo, ao seu turno, examina o tensionamento entre a democracia e a participação popular cidadã. Por fim, para mitigar a abstração do argumento, focaliza-se a atuação do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) na luta pela moradia no contexto de Pandemia.

O estudo, metodologicamente, foi desenvolvido com base em pesquisa qualitativa, tendo perfil interdisciplinar, articulando as searas do Direito, Economia Política, Ciência Política, Filosofia e Sociologia Urbana. O campo epistemológico se insere na teoria crítica da sociedade capitalista (HORKHEIMER, 1980), sendo o método de análise o dialético na fundamentação materialista. As fontes de pesquisa

consistem em livros, artigos e documentos, analisados mediante as técnicas de revisão bibliográfica e análise de textos jornalísticos.

2 OS LIMITES DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Promulgada em meio a um longo período de transição - numa abertura “lenta, gradual e segura” - da ditadura civil-militar-empresarial para a democracia formal do Estado Democrático de Direito, a Constituição Federal de 1988 se caracteriza pela sua ambivalência (REIS, 2014). Com a restauração democrática vieram dispositivos constitucionais voltados à justiça social, na linha das Constituições de Portugal e Espanha, que antes passaram por processos de transição pacíficos e negociados, e inspiraram a constituinte brasileira a adotar a concepção da Constituição Dirigente, com um projeto progressista de transformações sociais e do Estado (BELLO; BERCOVICI, LIMA, 2019).

Nesse contexto, são formuladas as diretrizes gerais da política urbana, prevista nos arts. 182 e 183 da Constituição. Esse programa impõe ao Estado a obrigação de promover mudanças estruturais do ponto de vista socioeconômico. Num viés de instrumentalismo constitucional, idealizando-se que a Constituição por si seria a panaceia para todas as mazelas, a Carta de 1988 tem como objetivos fundamentais da República a redução das desigualdades sociais e regionais, a eliminação da pobreza e a promoção dos direitos humanos, entre outros.

Apesar de a Constituição de 1988 ter (re)instaurado formalmente o Estado Democrático de Direito, reconhecendo a centralidade da dignidade da pessoa humana e um extenso catálogo de direitos fundamentais, permanecem resquícios do período ditatorial, como a falta de controle social das instituições estatais e a manutenção do modelo desigual de ordem socioeconômica (BELLO; BERCOVICI, LIMA, 2019). Isso sem contar a herança das forças armadas e das polícias que não passaram por processo de desmilitarização, reproduzindo as práticas de tortura e extermínio dos anos de ditadura.

Embora o texto constitucional originário apontasse para um desenho institucional de Estado com feição social, a proteção também central da propriedade privada garante a manutenção da estrutura do modo de produção capitalista, intensificada com a contrarreforma (neoliberal) do Estado da década de 1990, que, nos planos da normatividade e da vida social, simultaneamente privatizou os direitos sociais e esvaziou a participação popular. Esse é o modelo da Constituição Dirigente Invertida, em que a ordem econômica intervencionista e dirigente da Constituição de 1988, isolada de seus instrumentos financeiros, é restringida ao implementar sua ordem social (BERCOVICI; MASSONETTO, 2006).

No âmbito da política urbana, tal constatação se materializou na extinção do Ministério da Cidade, criado em 2003, e a consequente extinção do Conselho das Cidades, criado em 2006. Ocorre, ainda, a descontinuidade do Programa Minha Casa Minha Vida, que cede espaço ao tímido Casa Verde e Amarela, o abandono da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei nº 12.587/ 2012, sem contar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 495/2017, que busca a mercantilização da água e o PL 3261/2019, que propugna a maior participação privada no saneamento básico, incluindo a privatização de estatais (SANTOS JUNIOR; DINIZ; SAULE JUNIOR, 2020).

Assessor especial da Comissão de Redação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/88 (LIMA, 2013), José Afonso da Silva refere que o novo regime, um Estado Democrático de Direito,

tem como base o princípio democrático. Consagrado no artigo 1º da Constituição Federal,¹ e firmado no princípio da soberania popular, em que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes, ou diretamente (parágrafo único) (SILVA, 2005; 2018). Esse princípio democrático denota um modelo de democracia semidireta, combinando traços de democracia representativa e participativa.

O poder deve ser exercido por representantes eleitos pelos cidadãos e, simultaneamente, estes últimos têm à sua disposição mecanismos de participação política direta (plebiscito, referendo e iniciativa popular para proposição de projeto de lei), além dos “remédios constitucionais” para acesso à justiça. Apesar de inovador para a época, esse instrumental foi pouco utilizado na prática nas últimas décadas: um plebiscito em 1993 (previamente convocado pela constituinte no ADCT) e um referendo em 2005. A mesma previsão existe no Estatuto da Cidade, como instituto jurídico e político, embora sem utilização². Já a iniciativa popular,³ ainda que mais empregada, necessita de um grande contingente quantitativo e um mínimo de repercussão geográfica nacional para ser exercida junto à Câmara dos Deputados.

No mesmo artigo 1º, caput e II, a Constituição estabelece a cidadania como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Trata-se de noção clássica da política, aqui abordada nas suas vertentes ativa (participação política) e passiva (status de titularidade de direitos). A Carta de 1988 adota a concepção tradicional de direitos da cidadania (direitos civis, políticos e sociais), somando novos direitos transindividuais. Quanto à participação política dos cidadãos, apesar da previsão de mecanismos participativos, permanece a democracia representativa que privilegia a participação formal (BELLO, 2013).

O exercício do poder pelo povo acaba mais concentrado nos desígnios dos representantes eleitos ou de intérpretes não eleitos da Constituição, que prevê direitos fundamentais de aplicação imediata⁴ e mediata, ficando a cargo do legislador ordinário regulamentar importantes matérias. Várias das medidas de transformações sociais e no Estado previstas pela Constituição Dirigente formalmente dependem da edição de leis complementares para terem efetividade, além da promoção de políticas públicas (REIS, 2014). Estas são facilmente desmontadas quando da alteração do poder político.

A positivação de direitos sociais e urbanísticos como direitos fundamentais, com densidade normativa, demanda uma posição ativa/prestacional dos poderes públicos para a criação/manutenção de instituições e a provisão orçamentária de recursos financeiros (NINO, 1989). A doutrina constitucionalista da efetividade tem como premissa que uma suposta corrupção generalizada seria a marca do Legislativo e do Executivo, os quais seriam morosos na regulamentação legislativa da Constituição e na formulação de políticas públicas para implementá-la. Por seu turno, o Judiciário é considerado instância supostamente apolítica e composta por membros tidos como técnicos e isentos, mais capa-

1 Artigo 1º da Constituição Federal de 1988: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

2 “Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos: [...] s) referendo popular e plebiscito”;

3 Art. 61, §2º, CF/88: “A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.”

4 Aqui há referência à definição clássica de José Afonso da Silva acerca da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, definindo-as em três categorias: a) normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata; b) normas de eficácia contida e aplicabilidade imediata, mas passíveis de restrição; c) normas de eficácia limitada ou reduzida, em geral carentes de norma infraconstitucional para atingir a plenitude de seus efeitos (SILVA, 1998, p. 104-106).

zes e competentes para atuarem como válvula de escape na efetivação direta de direitos fundamentais (BELLO; BERCOVICI, LIMA, 2019).

Essa premissa se vale do desenho normativo da Constituição e se alinha à ideologia jurídica do neoconstitucionalismo, que ingressou no cenário brasileiro no início dos anos 2000 e ganhou hegemonia na doutrina e na jurisprudência. Suas premissas são a ampliação da jurisdição constitucional e uma reconexão pós-positivista entre direito e moral, baseada em teorias de princípios, reconhecidos como normas constitucionais veiculadoras de valores acionados, a partir da racionalidade prática kantiana, pelos principais intérpretes da Constituição, os magistrados.

Caracterizou-se um protagonismo jamais visto do Judiciário, identificado pelos termos “judicialização da política e das relações sociais” e “ativismo judicial”. Esses fenômenos são relevantes em termos democráticos e de separação de poderes. Ao reivindicarem uma posição contramajoritária na efetivação de direitos fundamentais, para preservar minorias sociais e conter abusos majoritários (COSTA, 2016), os magistrados vêm atuando como “legisladores positivos”, criando normas nos casos concretos a partir de intenso subjetivismo, valendo-se daquele referencial teórico e dos princípios constitucionais.

Confinada na perspectiva jurídica-normativa de um princípio constitucional, a democracia é definida e tutelada pelo Poder Judiciário, em última instância Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Supremo Tribunal Federal (STF), em decisões formuladas por magistrados não eleitos, sem mandato nem controle popular. A concepção meramente normativa-principiológica da democracia - seja na substância do princípio democrático, seja na forma do Estado Democrático de Direito - tem um ontológico déficit democrático, que a caracteriza como elitista e reproduz a ideologia das classes sociais dominantes na estrutura capitalista (BELLO, 2010).

Ellen Meiksins Wood argumenta que, no capitalismo global da contemporaneidade, as questões democráticas ficam mais próximas de funcionar como um regime meramente formal. Já que os imperativos do capital (produção e reprodução exponencial de mais-valor e lucro) estão acima das necessidades materiais das pessoas, num contexto em que mazelas socioeconômicas se justificam sob a ótica mercadológica e convivem harmonicamente com desenhos estatais, institucionais e constitucionais que preconizam exatamente o contrário (WOOD, 2007).

A atuação do Judiciário - cujos membros integram a cúpula do funcionalismo público e são em sua maioria egressos da elite socioeconômica do país - reflete as premissas e os princípios econômicos do capitalismo contemporâneo e representa, em última análise, os interesses das classes sociais dominantes. Mesmo que os direitos políticos e sociais tenham atingido uma amplitude normativa inédita no Brasil, a democracia constitucional não resolveu questões econômicas mais sérias, como a desigualdade e o desemprego (CARVALHO, 2014). Afinal, no atual quadrante histórico a forma jurídica é reflexo dialético da base e o correlato da forma econômica do modo de produção capitalista (PACHUKANIS, 2017).

A permanência desta dura realidade é demonstrada por dados oficiais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018 havia 13,5 milhões de brasileiros com renda mensal per capita inferior a R\$ 145,00 (US\$1,9) por dia, patamar adotado pelo Banco Mundial para caracterizar a situação de pobreza extrema (IBGE, 2019). A pesquisa revela, ainda, um aumento da concentração de renda, já que o rendimento médio mensal da população 1% mais rica foi quase 34

vezes maior que o da metade mais pobre. Ou seja, enquanto a parcela de maior renda auferia mensalmente R\$ 27.744,00, os 50% menos favorecidos ganharam R\$ 820,00 (PERISSÉ, 2019). O Brasil tem a segunda maior concentração de renda do mundo (apenas atrás do Catar), conforme o infográfico da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2019 (G1, 2019).

É possível, portanto, entender o que Bello, Bercovici e Lima (2019) afirmam sobre as “ilusões constitucionalistas” e o esvaziamento do sentido original da Constituição de 1988. Após mais de trinta anos da sua promulgação, ela perdeu força e foi esvaída de seu sentido social e garantista, carecendo de direcionamento um projeto nacional que possa assegurar, efetiva e universalmente, os direitos fundamentais, especialmente para as pessoas em situação socioeconômica vulnerável. Desditosamente, o mesmo ocorre com a política urbana, em um processo de arrefecimento das garantias provenientes do Estatuto da Cidade, num viés de maximização da iniciativa privada na direção de reconfigurar a cidade sob o imperativo do lucro.

3 DEMOCRACIA, CAPITALISMO E POLÍTICA URBANA

Abordagens multidisciplinares da vida social contemporânea têm mostrado aos estudiosos do Direito que os debates sobre democracia devem considerar, necessariamente, o modelo capitalista subjacente à produção e reprodução do processo de urbanização, que aniquila a separação entre campo e cidade (SANTOS, 2009). Redimensionando-se os espaços de participação política, suas dinâmicas e os próprios sujeitos coletivos, o ambiente urbano assume centralidade como arena das práticas democráticas e as cidades passam a figurar como reflexo da sociedade em disputa e (re)construção a cada período histórico. Neste tópico são estabelecidas as zonas de contrato entre democracia e cidades, a partir de alguns conceitos tradicionais.

No âmbito da Ciência Política e inserido na tradição liberal, Robert Dahl (2001) explica que o conceito de democracia é discutido há cerca de 2.500 anos; longa história que contribui para a grande quantidade de significados que assume. Os primeiros modelos de democracia teriam aparecido pela primeira vez na Grécia clássica e na Roma antiga, onde se desenvolveram sistemas de governo que ofereciam chances amplas para se participar em decisões coletivas. Mas foram os gregos criaram o termo *demokratia* - *demos* (povo) e *kratos* (governo) -, utilizado para se referir a todo povo de Atenas, ou apenas à gente pobre; revelando o desprezo pelas pessoas comuns que conquistaram o controle que os aristocratas tinham sobre o governo (DAHL, 2001).

Na seara da história, a representante da teoria crítica marxista, Ellen Meiksins Wood (2007), ensina que a democracia deixou de ser uma palavra mal vista pelas classes dominantes, principalmente em razão das lutas populares que tornaram impossível a continuação da histórica negativa às massas de direitos políticos primitivos, sobretudo o sufrágio universal. O próprio significado da democracia mudou - assim como mudaram os poderes políticos e econômicos, a forma de propriedade e as relações sociais -, passando de uma lógica de participação política ativa para uma concepção mais estática de democracia formal-eleitoral, que se restringe mais ao aspecto político-institucional e judicial.

Nesse cenário são formuladas novas e diversas concepções sobre a democracia (elitista, deliberativa, participativa etc.). Apesar de ser reconhecida no Ocidente de modo universal, esse conceito tornou-se mais comumente ligado a um procedimento eleitoral, adequado e apto para validar a perfor-

mance das instituições estatais e que o exercício do poder democrático ficou limitado à representação - nos espaços do Parlamento e do Executivo (BELLO; REIS; MASCARELLO, 2015). A maioria das atividades da vida social fica fora da esfera do poder democrático, da fiscalização, da responsabilidade e da prestação de contas, em detrimento de um predomínio do poder do capital, dentro e fora das estruturas do Estado.

Limitar-se a democracia à representação significaria dizer, também, que o procedimento democrático seria resumido à regra majoritária. Essa questão é criticada pelo economista Amartya sen (1999), ao demonstrar que, para existir um ambiente democrático, seria indispensável se assegurar as liberdades, o respeito à lei e aos direitos, preservar a possibilidade da livre-discussão e veiculação de opiniões e notícias. A concepção predominante de democracia mudou e continuará mudando no curso do processo histórico, podendo assumir novos significados conforme os seus diferentes intérpretes e ideologias, oscilando entre elitismo e populismo, fechamento e abertura, ceticismo e otimismo.

Enzo Bello, Ana Beatriz Reis e Renata Mascarello (2015) entendem que não é “qualquer” participação que legitima as decisões democraticamente construídas, fazendo-se necessário um debate efetivo e plural pela sociedade civil. A participação aceita seria aquela em que há, de fato, a possibilidade do cidadão expor suas ideias para a comunidade e as autoridades públicas, sendo capaz de influenciar o processo de construção da vontade coletiva. Por isso, o Estatuto da Cidade tinha como intento, tal qual exposto no art. 2, II, a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”.

Importante também mencionar a ligação intrínseca que a cidadania possui com esse tema. Já que, muitas vezes, quando a democracia é entendida apenas como um procedimento capaz de legitimar as decisões dos representantes e das instituições, a cidadania é tida como apenas jurídica, criando-se leis que enunciam direitos sem proporcionar real efetividade (BELLO, 2010). A efetividade somente pode ser buscada por meio da “cidadania ativa”, a qual pressupõe que a sua realização não pode estar ancorada simplesmente no reconhecimento formal pelo Estado, por um passivo status de cidadão perante a ordem jurídica interna/externa. Para gerar o reconhecimento jurídico e prático que se postula, a cidadania precisa ser atuante e marcada pelo engajamento fático de dado indivíduo ou grupo visando a conquista ou a efetividade de um direito (KELLER, 2015).

O modelo de democracia adotado no Brasil tem traços participativos e pode ser considerado como de democracia semidireta, que funciona na prática como uma democracia representativa, modelo em que a cidadania é fetichizada. Quando a participação política se restringe à votação sazonal nas urnas, gera um processo de alienação jurídica e constitucional, passando a cidadania a existir apenas em um plano formal, não sendo capaz de efetivar direitos constitucionais nem de mitigar as desigualdades socioeconômicas (BELLO, 2010).

O exercício ativo da participação popular - não uma “participação de fachada” - é imprescindível para a concretização de direitos e liberdades materiais (FALBO, 2013). No caso brasileiro, a participação da população para gerenciar os interesses coletivos é uma deliberação constitucional e, em tese, o povo titulariza o poder político, não estando o seu exercício limitado a seus representantes eleitos (BELLO; REIS; MASCARELLO, 2015). Quando se tem apenas a garantia do voto, há limitação no pro-

cesso democrático. As diversas formas de genuína participação são necessárias para a manutenção e o aprimoramento da democracia, legitimando as funções das instituições estatais e dos representantes eleitos, que devem existir e atuar em conjunto com os cidadãos e em benefício destes.

Nos estudos sobre o conceito de cidadania no Brasil, destaca-se uma das tendências representadas pela Constituição de 1988, que é tratada por Bello, baseada na reivindicação dos direitos humanos, envolvendo demandas por distribuição socioeconômica (igualdade) e reconhecimento político-cultural (diversidade) (BELLO, 2013). Isso significa que, sob a bandeira da cidadania (pertencimento, reconhecimento e participação na comunidade política), diversos movimentos sociais e associações civis reivindicam como direitos humanos os chamados direitos urbanos - direito à moradia, direito à mobilidade, direito à segurança, direito à educação, entre outros (BELLO; RIBEIRO, 2019).

A adoção da cidadania como denominador comum entre os mais diferentes movimentos políticos contemporâneos lhes concede a possibilidade de influenciar diretamente o processo político, pleiteando resultados no plano oficial. Neste cenário, Borja e Muxí explicam não só a importância de resgatar a ideia de cidade enquanto espaço público, já que a sua privatização ameaça direitos cidadãos já conquistados (BORJA; MUXÍ, 2003). Mas, também, a necessidade dos movimentos cidadãos promoverem ações que visem à mudança do quadro jurídico atual, haja vista a existência de direitos que ainda não são tutelados pela lei e nadam nas margem da ilegalidade.

Importa a reivindicação dos grupos sociais segregados de modo socioespacial, tanto através de participação popular, como de conquistas normativas que protejam seus espaços de resistência. Daí a implementação de um projeto de construção democrática, que deu lugar a novos sujeitos sociais ativos e a identidades coletivas (DAGNINO, 2006). Evelina Dagnino (2006) também ensina que foi nesse processo de formação que movimentos políticos organizados por diferentes causas encontraram um vínculo comum.

No que toca o direito urbanístico, a partir da Constituição Federal de 1988 (artigos 182 e 183), o processo participativo de produção e reprodução da vida urbana brasileira teve sua base legal regulamentada somente em 2001, com a Lei n. 10.257, denominada “Estatuto da Cidade”. Essa lei federal é importante, sobretudo, porque consagra a centralidade do exercício da vontade democrática e a atuação do poder público como garantidores da função social da cidade, visando a assegurar um planejamento apropriado das políticas urbanas como forma de se garantir uma gestão eficiente da cidade (REIS; VENÂNCIO, 2016).

Edésio Fernandes (2005) demonstra que o Estatuto da Cidade foi uma inovação na época da sua publicação, e obteve reconhecimento internacional, destacando quatro de seus aspectos basilares: materialização do modelo conceitual jurídico-político do Direito Urbanístico; normatização de novos instrumentos urbanísticos voltados a uma ordem urbana socialmente justa e incluyente pelos municípios; fixação de procedimentos político-jurídicos para a gestão democrática e o financiamento da cidade; e proposição de mecanismos legais para a regularização fundiária de assentamentos informais em áreas urbanas.

Posteriormente foram estabelecidas outras leis atinentes à gestão democrática da cidade: a Lei nº 11.977/09 (que dispõe sobre um Programa Habitacional específico do Governo Federal, intitulado “Minha Casa Minha Vida” - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em

áreas urbanas); a Lei nº 12.587/12 (que estabelece as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, visando à integração entre os diversos meios de transporte, a melhoria da acessibilidade e da mobilidade das pessoas e cargas nos territórios dos Municípios); a Lei nº 13.089/15 (que introduz o Estatuto da Metrópole, visando a traçar bases para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados); e a Lei nº 13.465/17 (que trata da regularização fundiária rural e urbana).

Mesmo com tantos e inovadores instrumentos previstos na Constituição e na legislação infraconstitucional, ocorre de a gestão democrática ser utilizada, obliquamente, para legitimar interesses de uma elite socioeconômica por meio de controle estatal. Bello, Reis e Mascarello destacam que a concepção puramente formal do pré-requisito legal de participação tende a cobrir com uma aparência de legitimidade procedimentos decisórios em que a percepção social dos problemas, mesmo com a evidência de vícios técnicos ou jurídicos, foi largamente desconsiderada (BELLO; REIS; MASCARELLO, 2015).

Apesar da incorporação de diversos instrumentos e diretrizes, persiste a necessidade de se estabelecer meios mais efetivos para se superar os problemas urbanos em termos de democracia, cidadania e acesso universal a serviços públicos e sociais básicos. Há um claro confronto entre a gestão democrática da cidade e os interesses das classes dominantes no exercício do poder estatal. Estes seguem ditames do mercado financeiro e imobiliário, fazendo dos mecanismos democráticos normativos meros fetiches e implementando, de forma autoritária, projetos urbanos, fundiários e imobiliários de interesse de grandes empresas, empreendimentos privados, enfim dos atores e da lógica de circulação do capital, simbolizados pela figura da “cidade mercadoria”. Neste cenário, novamente se manifesta o conflito entre democracia e capitalismo, e o esvaziamento da Constituição Federal de 1988 quanto ao seu sentido original.

4 PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADE: A LUTA DO MOVIMENTO SEM-TETO DO CENTRO (MSTC) NO CONTEXTO DE PANDEMIA DA COVID-19

Local permanente da vida social em termos de moradia e trabalho, a cidade capitalista foi implementada e se transforma de acordo com a lógica de produção e reprodução de capital, em especial do excedente (mais-valor), cujo escoamento mundo afora envolve uma enorme variedade de produtos e serviços (mercadorias), em quantidade além das necessidades de consumo imediato das pessoas (ROLNIK, 2004). O excedente é ao mesmo tempo a possibilidade de existência da cidade - já que seus habitantes são consumidores, e não produtores agrícolas - e de seu resultado - na medida em que é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada.

Nesta conjuntura, a urbanização das cidades preenche um papel especialmente relevante, que é o de absorver as mercadorias excedentes produzidas pelo capitalismo, evitando que haja acumulação de capital e consequentemente um período de crise econômica. Isso significa que a cidade é percebida como uma esfera rentável, em que se pode varrer o passado para promover novos produtos, estilo de vida, instrumentos de crédito e gastos públicos que ajudam os capitalistas a contornarem momentos críticos de recessão, numa lógica denominada por Harvey (2014) de “destruição criativa”, ao incorporar a categoria de Schumpeter.

Como desde sua gênese, construir e morar em cidades implica necessariamente viver de forma coletiva, a estrutura e o funcionamento do modelo capitalista promovem uma luta cotidiana pela apropriação do espaço urbano que define também a dimensão política da cidade. Neste cenário, o solo urbano é cada vez mais precificado ensejando a mercantilização dos direitos de acesso aos demais benefícios da vida urbana e a consequente negação destes aos pobres. Rolnik (2004) sustenta que, desde o início, ser habitante da cidade significa participar de alguma forma da vida pública; em muitos casos, essa participação é apenas a submissão a regras e regulamentos, especialmente no caso dos sujeitos sociais menos favorecidos. Ou seja, a participação dos cidadãos é basilar para a construção do espaço urbano, porém é obstaculizada em alguns momentos pelo próprio Estado.

É, entretanto, o confronto de diferenças econômicas e sociais, de conhecimentos, de políticas, de ideologias e de padrões de vida coexistem na cidade e compõem a vida urbana (LEFEBVRE, 2001). Assim, a lógica capitalista que se expressa na atuação do Estado - não mais no sentido do «Estado mínimo» aventado outrora, mas como «Estado empresário» -, que direciona seu aparato institucional burocrático e repressivo para exercer o controle disciplinar das classes sociais inferiores e “garantir o sossego da burguesia” (DARDOT; LAVAL, 2016).

Diante desta realidade, desenvolve-se cada vez mais a noção de cidade-empresa, e as cidades passam a competir entre si para obter investimentos e tecnologias. Por isso, buscam formas de aumentar seu poder de atração, vendendo a ideia de uma cidade segura tratando a pobreza urbana e a miséria como um problema paisagístico, tendo em vista a impressão que causam nos investidores (VAINER, 2012). Isso é visível em práticas como a gentrificação e a higienização social, historicamente utilizadas para garantir o crescimento do mercado imobiliário através da segregação socioespacial, como nos casos emblemáticos de Paris (Georges-Eugène Haussmann), Nova Iorque (Robert Moses) e Rio de Janeiro (Francisco Pereira Passos).

Apesar de os cidadãos participarem cada vez menos de uma gestão democrática das cidades, tutelada pela norma constitucional e não aplicada pelos governantes, há movimentos populares de resistência (BELLO; MARIANA, 2019). O chamado “direito à cidade”, originalmente identificado por Henri Lefebvre na conjuntura das manifestações populares francesas em maio de 1968, desenvolve-se nos planos político e social, vindo a ser reconhecido em documentos da sociedade civil global, que o definem como o direito ao usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social (ALFONSIN, 2017).

No aspecto legal, cabe destacar o reconhecimento institucional que o direito à cidade recebeu no documento final da Nova Agenda Urbana (resultante da plataforma Habitat III), aprovado pelas Nações Unidas em outubro de 2016, em Quito. Esse documento, apesar de não ser dotado de cogência, é considerado fonte de direito internacional capaz de exercer pressão sobre os países signatários, instando o desenvolvimento de políticas públicas, influenciando o Direito Público e Privado e promovendo a ampliação do exercício do direito à cidade, haja vista a natureza política dos compromissos adotados (ALFONSIN, 2017). A Nova Agenda Urbana não encontra respaldo no governo de Jair Bolsonaro, à medida que os desideratos de atenção à função social buscando a concretização integral do direito à moradia, a promoção da igualdade de gênero, eliminação da pobreza e uso sustentável da terra, não são ditames perseguidos (KELLER; KELLER, 2019).

Sobre a constituição do direito à cidade, Karina Macedo Fernandes (2020), destaca três princípios fundamentais: o exercício pleno da cidadania, a gestão democrática da cidade e a função social da cidade e da propriedade urbana. Aqui há relação direta com a noção de “cidadania ampliada”, voltada à diminuição da segregação socioespacial nas cidades, sobretudo nos países da periferia do capitalismo. Não se ignora a importância de conteúdo normativo que proteja grupos socioeconômicos oprimidos, mas privilegiou-se os movimentos norteados por essa noção de cidadania, haja vista o esvaziamento de determinadas normas (constitucionais e do Estatuto da Cidade).

Especialmente quanto à legislação urbana (por exemplo, os Planos Diretores Municipais Participativos), que quanto mais assegurados normativamente forem os direitos desta parcela da população, que se encontra em situações precárias, melhor. Tendo em vista que a possibilidade de se acionar o sistema de justiça (Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública) e o fato de que em alguns momentos essa legislação funciona como estratégia de exercício do poder urbano.

Neste cenário, a participação popular tem se manifestado nas cidades através da movimentação dessas organizações sociopolíticas, que pleiteiam direitos e buscam se organizar para solucionar problemas ignorados ou maltratados pelo Estado. Isso significa que os processos democráticos assegurados pela norma (constitucional e legal) não têm sido efetivos para sequer encaminhar - quiçá resolver - os pleitos de significativa parte da população brasileira, que se mobiliza de forma contra hegemônica e se opõe à dinâmica capitalista hegemônica, que privilegia interesses específicos concentrando renda e reproduzindo desigualdades econômicas socioespaciais.

Para ilustrar do ponto de vista material⁵ o déficit de efetividade da democracia enquanto princípio constitucional, cabe recorrer à realidade social e apresentar um caso concreto, ilustrativo da prática em que os cidadãos das classes sociais inferiores são, muitas vezes, afastados dos espaços de decisão nas cidades e se organizam para fazer valer direitos fundamentais, como o direito à moradia digna e adequada.

Qualquer discussão relacionada ao direito fundamental à moradia no Brasil perpassa o déficit habitacional estimado do país, que segundo o estudo da Fundação João Pinheiro produzido em parceria com o Ministério das Cidades e outras instituições, corresponde a 6,355 milhões de domicílios, dos quais 5,572 milhões, ou 87,7%, estão localizados nas áreas urbanas e 783 mil unidades encontram-se na área rural (FJP, 2018). Este índice gera questionamentos, e é ainda mais alarmante quando se considera a grande quantidade de domicílios vagos, que - de acordo com os dados produzidos pelas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2015, elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - é de 7,906 milhões, sendo 80,3% localizados em áreas urbanas e 19,7% em áreas rurais (FJP, 2018).

O espaço urbano no Brasil, com favelas produzidas informalmente por famílias de baixa renda, fez com que o avanço da doença ocorresse rapidamente, em especial nas periferias do Rio de Janeiro e São Paulo (ALFONSIN, 2020). O desprezo pelo direito à cidade de milhões de pessoas, que influencia a organização territorial brasileira, facilitou a propagação do vírus. A ausência ou precariedade de moradias, com mais de uma família dividindo o mesmo cômodo e com pouquíssimo ou nenhum acesso

5 Apesar de grande parte deste texto estar firmado na Teoria Tradicional, há que se fazer menção à importância de partir do real/concreto para fazer uma reflexão dialética que dialogue com a teoria. Nesse sentido, destaca-se a relevância da Teoria Crítica por propor um olhar capaz de perceber a essência da realidade, marcada por disputas de poder e pela opressão, com orientação para emancipação, por isso a apresentação de um caso concreto. (HORKHEIMER, 1980).

a água e saneamento básico favoreceu a disseminação do Novo Coronavírus, especialmente porque a higienização das mãos e o isolamento social são as principais medidas de prevenção e contenção.

Esses dados muito críticos nas regiões de favela e periferia, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo. No Rio, por exemplo, 174 óbitos dos 3.237 totais, ocorreram em regiões de favela, significando que há mais de 15 estados no país com menos números de mortos do que em favelas no Rio de Janeiro (G1, 2020). Já São Paulo, tem visto os casos de COVID-19 dispararem nas regiões de periferia, mas o que chama atenção é que os bairros onde a população negra está mais concentrada é justamente onde ocorreram o maior número de mortos, coincidentemente são essas as áreas do Município com menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) (MUNIZ, 2020).

Nesta ilustração, o movimento social escolhido é o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), que promove luta por moradia, principalmente na região central da cidade de São Paulo, a maior do Brasil. Essa escolha não foi feita de acordo com o tamanho e a expressividade do movimento urbano⁶, mas se deu pela maneira como seus integrantes têm se organizado para combater pandemia e, também, pelo fácil acesso às informações de suas atividades, tendo em vista a existência de sítio eletrônico em que divulgam suas lutas e também o conhecimento da mídia e divulgações em redes sociais.⁷

Neste caso concreto, destaca-se ainda a participação da sociedade civil (universidades, organizações não-governamentais, jornalistas, artistas, arquitetos/as, profissionais da saúde, educadores/as, coletivos de sustentabilidade) no apoio à luta por moradia, apoio que se mantém durante a pandemia, possibilitando por exemplo a contratação de 50 costureiras para a confecção de máscaras artesanais para doação e a distribuição de mais de 120 mil cestas básicas (MSTC, 2020). A organização dessas camadas sociais diversas, que se articulavam desde antes da pandemia (para promover oficinas culturais, aulas de computação e costura, venda de bolos, plantio de legumes e verduras, entre outros), com base em valores compartilhados (em especial o direito à moradia), norteados pelo princípio da solidariedade e estabelecidos em espaços públicos não institucionalizados, é o que faz deste um movimento social, conforme o ensinamento de Maria da Glória Gohn (2011).

Segundo os dados produzidos pelo próprio MSTC, sua trajetória teve início em novembro de 1997, quando da ocupação do antigo prédio do INSS na Rua Álvaro de Carvalho, localizado na região central de São Paulo e hoje conhecido como Ocupação Nove de Julho. (MSTC, 2020). Posteriormente, no ano de 2000, mulheres líderes desta e de outras ocupações se uniram e fundaram o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), que atualmente coordena cinco ocupações (com um total de 307 famílias) e um empreendimento. O Residencial Cambridge foi uma ocupação e agora é um empreendimento financiado pelo Programa 'Minha Casa, Minha Vida', a Ocupação José Bonifácio, a Ocupação Casarão, a Ocupação Nove de Julho, a Ocupação Rio Branco e a Ocupação São Francisco.

O movimento é formalizado, tendo registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e prestações de contas em ordem, o que é condição para acesso a recursos públicos destinados à moradia. O MSTC também possui Estatuto e regimento interno registrados em cartório, conhecidos por todos os integrantes, além disso, explicam que as decisões são debatidas e aprovadas em assembleia.

6 O maior e mais expressivo movimento social urbano do país é o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Para uma melhor compreensão sobre sua expressividade ver: BELLO, Enzo; PIRES, Cecília Bojarski. O MTST como Movimento Social na Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade: as Ocupações Pinheirinho e Povo sem Medo (São Paulo). In: BELLO, Enzo; KELLER, Rene José (Orgs.). *Curso de Direito à Cidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 361-375.

7 Geralmente, as redes sociais costumam ser os canais de comunicação mais utilizados pelos movimentos sociais, já que são meios de comunicação mais abertos e acessíveis.

No combate ao COVID-19, o MSTC, através de suas mídias sociais, cobrou expressamente uma atuação rápida e eficiente do Estado, no sentido de resguardar a saúde e a seguridade social de toda a população, em particular dos mais afetados (aqueles que não tem a escolha de ficar em casa e se proteger - como é o caso dos trabalhadores informais -, os que não tem moradia ou acesso à água e saneamento básico para lavar as mãos) (MSTC, 2020).

O Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) também estabeleceu algumas medidas internas para reduzir a disseminação da doença, dentre elas: suspensão de atividades culturais, reuniões e outras ações em que pudesse haver aglomerações de pessoas, compra álcool em gel para disponibilizar nas portarias das cinco ocupações, mobilização dos coordenadores de todas as ocupações para informar os moradores sobre a limpeza dos espaços e a higiene pessoal. Além de estabelecer uma parceria com a Unidade Básica de Saúde - República, para acompanhamento de casos graves, procura fornecer todas as orientações necessárias sobre prevenção, higiene e isolamento e se organizar para caso seja necessário ajudar as famílias de trabalhadores, de menor renda, afetados financeiramente por conta das paralisações involuntárias.

É possível, portanto, compreender que mesmo com a incorporação de diversos instrumentos e diretrizes, persiste a necessidade de se estabelecer meios mais efetivos para se superar os problemas urbanos em termos de princípio democrático, democracia, participação popular cidadania e acesso universal a direitos fundamentais já tutelados no texto constitucional. O claro embate entre a gestão democrática da cidade e os interesses das classes dominantes no exercício do poder estatal, reflete nada mais nada menos do que o conflito entre democracia e capitalismo, e o esvaziamento da Constituição Federal de 1988 quanto ao seu sentido original, conforme já demonstrado.

A pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) demonstra que os processos democráticos assegurados pela norma jurídica (constitucional e legal) não têm sido efetivos para resolver os pleitos de inúmeras famílias brasileiras e que, com cada vez mais frequência, é a sociedade civil que tem se organizado (através dos mais diversos movimentos sociais) para suprir a ausência de políticas públicas exercendo um dos valores mais básico da CRFB, que é a solidariedade. Nesse sentido é o lema do MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o maior movimento social urbano do Brasil: “fazendo o que o governo não faz”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desmonte das políticas públicas voltadas à materialização do Estatuto da Cidade a partir de 2016 não permite que haja efusiva celebração, em decorrência da sua existência vintenária. Isso não significa, por outro lado, reduzi-lo ao ponto de desconsiderá-lo como marco na regulação de uma nova política urbana, que tinha como mote a construção de cidades que não atentassem exclusivamente à ótica privatista e excludente do capital. Trata-se de um acaso da história que os vinte anos coincide com o contexto de radicalização da plataforma neoliberal, cujo reflexo é a forçada impotência dos mecanismos estatais de controle da ação privada sobre a cidade.

Ainda que a conjuntura política seja desfavorável, existe um limite objetivo que é imposto pela ordem econômica, que diz respeito ao próprio funcionamento do capitalismo. O Estatuto da Cidade se trata de um diploma legal que duela diretamente com os anseios provenientes do processo de acumu-

lação e reprodução do capital. Portanto, é uma legislação que tenta impor limites a um dos princípios (não meramente abstrato) da ordem jurídica, que é o direito de propriedade.

A efetividade do Estatuto da Cidade depende de ação incisiva do Estado, no entanto, o impulso real é o proveniente dos movimentos sociais, que constituem o principal motor da luta pelo que hoje se veio a denominar de Direito à Cidade. Se nesses vinte anos há uma tentativa de apagamento dos institutos e diretrizes previstos no referido Estatuto, decerto o contrapeso virá pelas antigas e novas lutas que se mobilizam também nesse segundo decênio, em que a moradia continua a ocupar papel de destaque. Que os próximos vinte anos sejam de lutas constantes pela efetivação de uma cidade verdadeiramente democrática, participativa, plural, inclusiva e com severa redução da influência que o capital exerce.

REFERÊNCIAS

- ALFONSIN, Betânia. Et al. Das ruas de Paris a Quito: O direito à cidade na Nova Agenda Urbana - Habitat III. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 09, nº 3, p. 1214-1246, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/29236/21259>>. Acesso em 13 jun. 2021.
- ALFONSIN, Betânia. A tutela do direito à cidade em tempos de COVID-19. **Justificando**. 2020. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2020/06/12/a-tutela-do-direito-a-cidade-em-tempos-de-covid-19/>>. Acesso em 13 jun. 2021.
- BBC BRASIL. Brasil registra mais 641 mortes por covid-19, e já tem mais de 1 milhão de casos. 19/06/2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53114780>>. Acesso em: 22 jun. de 2020.
- BELLO, Enzo. **A cidadania na luta política dos movimentos sociais urbanos**. Caxias do Sul: Educs, 2013.
- BELLO, Enzo. Cidadania, alienação e fetichismo constitucional. In: BELLO, Enzo; LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto (Org.). **Direito e marxismo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- BELLO, Enzo; PIRES, Cecília Bojarski. O MTST como Movimento Social na Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade: as Ocupações Pinheirinho e Povo sem Medo (São Paulo). BELLO, Enzo; KELLER, Rene José (Org.). **Curso de Direito à Cidade: teoria e prática**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.
- BELLO, Enzo; REIS, Ana Beatriz Oliveira; MASCARELLO, Renata Piroli. Espaço urbano e gestão democrática das cidades: uma análise da participação popular na elaboração do plano diretor do Município de Lima Duarte/MG. **Revista Internacional de Direito Ambiental**, Caxias do Sul, v. 4, n. 10, p. 87-104, 23 fev. 2015. Quadrimestral.
- BELLO, Enzo; BERCOVICI, Gilberto; LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. O Fim das Ilusões Constitucionais de 1988? **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1769-1811, 2019.
- BELLO, Enzo; RIBEIRO, Mariana Dias. O Direito à Cidade e os Novos Direitos Urbanos como Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. In: BELLO, Enzo; KELLER, Rene José (Orgs.). **Curso de Direito à Cidade: Teoria e Prática**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

- BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, Luís Fernando. A constituição dirigente invertida: a blindagem da Constituição Financeira e a agonia da Constituição Econômica. **Boletim de Ciências Econômicas**. Coimbra, v. XLIX, p. 57-77, 2006. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/24845/1/BoletimXLIX_Artigo2.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em 14 jun. 2021.
- BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2021.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- COSTA, Samara Rebeca de Oliveira. **Ativismo Judicial: uma análise da dificuldade contramajoritária**. 2016. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Direito. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2016.
- DAGNINO, Evelina. Concepciones de la ciudadanía en Brasil: proyectos políticos en disputa. In: CHERESKY, Isidoro (Comp.). **Ciudadanía, sociedad civil y participación política**. Buenos Aires: Miño y Dávila Eds., 2006
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Mike. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, Mike, et al: **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.
- FALBO, Ricardo Nery. Vivências e percepções jurídico-sociais das ocupações urbanas na cidade do Rio de Janeiro. In: SIQUEIRA, Gustavo Silveira; VESTENA, Carolina Alves (Orgs.). **Direito e experiências jurídicas: sociologia jurídica**. Belo Horizonte: Arraes, 2013.
- FERNANDES, Edésio. Direito e gestão na construção da cidade democrática no Brasil. **Oculum Ensaio: Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Campinas, n. 4, p. 17-31, 2005. Quadrimestral.
- FERNANDES, Karina Macedo. A importância da pesquisa empírica na luta pelo direito à cidade: o caso do Cais Mauá, em Porto Alegre (RS). In: BELLO, Enzo; FALBO, Ricardo Nery (Orgs.). **Direito à cidade e ocupações urbanas: pesquisas empíricas**. Rio de Janeiro: Ed. CEEJ, 2020.
- FJP, FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. Belo Horizonte: 2018. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76871&-codUsuario=0>>. Acesso em: 19. jun. 2021.
- G1. **Brasil tem 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>>. Acesso em 2 de jun. de 2021.
- G1. **Favelas do Rio somam mais mortes por COVID-19 do que 15 estados do Brasil**. 21/05/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/21/favelas-do-rio-somam-mais-mortes-por-covid-19-do-que-15-estados-do-brasil.ghtml>>. Acesso em 22 jun. 2021.

- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: **Os Pensadores**. Rio de Janeiro, 1980.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos**. Brasília. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acesso em 19 jun. 2021.
- KELLER, Rene José. **Direitos emergentes e cidadania: as lutas sociais urbanas por emancipações ao cotidiano do capital**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- KELLER, Rene José; KELLER, Suéllen Bezerra Alves. O endireitamento da agenda urbana como efeito do poder conservador das ruas no golpe de 2016. In: **O direito achado na rua: introdução crítica ao Direito Urbanístico**. SOUZA JUNIOR, José Geraldo (org.) et al. Vol. 9. Brasília: UNB, 2019.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LIMA, João Alberto de Oliveira. **A gênese do texto da constituição de 1988**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.
- MSTC, **Movimento Sem-teto do Centro**. Página no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/movimentosemtetodocentro/> Acesso em: 19 de jun. 2021.
- MSTC, **Movimento Sem-teto do Centro**. Rede Social. Disponível em: <https://www.movimentosemtetodocentro.com.br/dia-a-dia/categories/not%C3%ADcias> Acesso em: 14 de mai. 2021
- .
- MUNIZ, Bianca. Et al. Em duas semanas número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil. **Pública**. 2020. Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>>. Acesso em 22 jun. 2021.
- NINO, Carlos Santiago. La filosofía del control judicial de constitucionalidad. **Revista del Centro de Estudios Constitucionales**, nº 4, Set., p. 79-88, 1989.
- PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PERISSÉ, Camile. Aumenta desigualdade social no país, revela pesquisa do IBGE. **ANFIP**. 2019. Disponível em: <<https://www.anfip.org.br/geral/aumenta-desigualdade-social-no-pais-revela-pesquisa-do-ibge/>>. Acesso em 22 jun. 2021.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- REIS, Émilien Vilas Boas; VENÂNCIO, Stephanie Rodrigues. O direito à cidade e a participação popular no planejamento urbano municipal. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 222-247, 20 nov. 2016.
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004.

- SANTOS, Helivania Sardinha dos Santos. Coronavírus: o que é, transmissão, sintomas. **Biologianet**. 2010. Disponível em: <<https://www.biologianet.com/doencas/coronavirus.htm>>. Acesso em 27 mai 2021.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi; SAULE JUNIOR, Nelson. **Dossiê do desmonte da política urbana federal os governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades: violações de direitos humanos e os riscos de construção de cidades intolerantes, excludentes, injustas e antidemocráticas**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2020.
- SEN, Amartya. Democracy as a Universal Value. **Journal of Democracy**, nº 10, p. 03-17, 1999.
- SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2018.
- SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- SOUSA JÚNIOR, José Geraldo et alli. (Orgs.). **Introdução crítica ao direito urbanístico**. Brasília: Ed. UnB, 2019.
- WOOD, Ellen Meiksins. Capitalismo e Democracia. In: BORON, Atílio A.; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina. (Orgs.). **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2012.